



## MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO

### Aviso n.º 1511/2021

*Sumário:* Projeto de regulamento do serviço para a promoção da igualdade de género e de oportunidades do Município da Póvoa de Lanhoso.

Avelino Adriano Gaspar da Silva, Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, torna público, para os devidos efeitos, que, a Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, em sessão ordinária realizada no dia 18 de dezembro de 2020, aprovou por unanimidade, o projeto de Regulamento do Serviço para a Promoção da Igualdade de Género e de Oportunidades.

6 de janeiro de 2021. — O Presidente da Câmara, *Avelino Adriano Gaspar da Silva*.

313867099

## **REGULAMENTO DO SERVIÇO PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÉNERO E DE OPORTUNIDADES**

### **(PROJETO)**

A Estrutura de atendimento denominada por SIGO - Serviço para a Promoção da Igualdade de Género e de Oportunidades é uma resposta da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, cuja natureza jurídica é a administração local, sita na Avenida da República, 4830-513 Póvoa de Lanhoso e rege-se pelas normas do presente regulamento e pela demais legislação aplicável.

## **CAPITULO I**

### **Disposições gerais**

#### **Artigo 1.º**

##### **Objeto**

O presente regulamento contém as regras gerais de organização e funcionamento da Estrutura de atendimento denominada por Serviço para a Promoção da Igualdade de Género e de Oportunidades, adiante designada por Estrutura.

#### **Artigo 2.º**

##### **Âmbito**

O presente regulamento aplica-se às vítimas de violência doméstica e aos seus filhos/as menores ou maiores com deficiência na sua dependência, ao respetivo pessoal, às pessoas que se encontrem a desempenhar funções em regime de voluntariado e a todas as outras pessoas que procurem apoio no âmbito da violência doméstica junto da Estrutura de atendimento.

#### **Artigo 3.º**

##### **Objetivos**

O presente regulamento visa:

- a) Promover o respeito pelos direitos da vítima e demais interessados/as;**
- b) Assegurar a divulgação e o cumprimento das regras de funcionamento da Estrutura;**
- c) Promover a participação das vítimas ou dos seus representantes legais ao nível do funcionamento da Estrutura.**

#### **Artigo 4.º**

##### **Destinatários**

- 1. A Estrutura destina-se a atender as vítimas de violência doméstica e todas as outras pessoas que procurem apoio no âmbito da violência doméstica junto da Estrutura de atendimento.**
- 2. As vítimas que se encontram em situação de risco têm prioridade de atendimento, apoio e reencaminhamento.**
- 3. A avaliação da situação de risco é efetuada nos termos do previsto no artigo 13.º do Decreto Regulamentar nº. 2/2018, de 24 de janeiro.**

#### **Artigo 5.º**

##### **Serviços prestados e atividades desenvolvidas**

- 1. A Estrutura assegura a prestação dos seguintes serviços:**
  - a) Atendimento personalizado às vítimas de violência doméstica e outras pessoas que procurem apoio no âmbito da violência doméstica junto da Estrutura de atendimento;**
  - b) Realização de diagnóstico das situações concretas das vítimas, desenvolvendo os esforços para serem asseguradas as condições essenciais face ao risco a que podem estar sujeitas;**
  - c) Acompanhamento e ou encaminhamento das vítimas para a resposta adequada, perante cada caso em concreto e atendendo, entre outros fatores, ao seu bem-estar físico e psicológico, proteção e segurança;**
  - d) Informação adequada às vítimas relativamente à tutela dos seus direitos, recursos e respostas;**
  - e) Criação de condições para a inclusão, qualificação e ou reintegração das vítimas, de acordo com os seus interesses e potencialidades próprias.**
- 2. A Estrutura desenvolve, ainda, as seguintes atividades:**
  - a) Atendimento telefónico permanente;**
  - b) Encaminhamento para os serviços disponibilizados pela Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso ou por entidades parceiras;**
  - c) Assegurar o transporte em segurança da vítima ao Gabinete de Medicina Legal ou para Casa de Abrigo;**

- d) Acompanhamento das vítimas a serviços/locais aos quais tenha que recorrer, considerando que a sua condição não o permita fazer sem apoio;
- e) Ações de sensibilização e formação nas áreas da Violência Doméstica e de Género, Igualdade de Género e de Oportunidades, Tráfico de Seres Humanos, Direitos Humanos, Mutilação Genital Feminina e *Bullying* e *Cyberbullying*;
- f) Coordenação da equipa de entidades parceiras que integram o Serviço para a Promoção da Igualdade de Género e de Oportunidades;

## **CAPITULO II**

### **Processo de atendimento**

#### **Artigo 6.º**

#### **Condições de atendimento**

Constituem condições de atendimento na Estrutura:

- a) A existência de um pedido de atendimento e ou apoio no âmbito da violência doméstica;
- b) A aceitação do presente regulamento, após tomada de conhecimento do seu conteúdo e demais legislação em vigor aplicável, no caso de atendimento e apoio prestado com caráter de continuidade.

#### **Artigo 7.º**

#### **Atendimento**

1. Para efeitos de atendimento na Estrutura, deve ser preenchida uma ficha de admissão, devendo fazer prova das declarações efetuadas mediante apresentação, conforme aplicável, dos seguintes documentos:
  - a) Cartão de Cidadão;
  - b) Bilhete de Identidade;
  - c) Cartão de Contribuinte;
  - d) Cartão de utente do serviço nacional de saúde;
  - e) Estatuto de vítima.
2. Em situação de atendimento urgente pode ser dispensado o preenchimento da ficha, sendo, desde logo, iniciado o processo para obtenção dos elementos em falta.

### **CAPITULO III**

#### **Instalações e regras de funcionamento**

##### **Artigo 8.º**

##### **Instalações**

As instalações da Estrutura são compostas por dois gabinetes.

- a) Um gabinete amplo com duas portas para o exterior que funciona também como receção;
- b) Um gabinete destinado à realização dos atendimentos personalizados.

##### **Artigo 9.º**

##### **Horários de funcionamento**

1. A Estrutura funciona, durante 5 dias úteis da semana, exceto dias feriados, 9h diárias, entre as 9h e as 18h, exceto às sextas-feiras que funciona 5h diárias, entre as 9h e as 13h, podendo o horário ser adequado e acordado com as vítimas de forma a possibilitar a conciliação com a sua vida profissional, pessoal e familiar.
2. A Estrutura dispõe de uma linha de atendimento telefónico permanente através do número 961 583 244.

##### **Artigo 10.º**

##### **Pessoal**

O mapa de pessoal da Estrutura encontra-se afixado no interior do gabinete de atendimento e neste contem a indicação dos recursos humanos existentes, formação, vínculo laboral, definidos de acordo com a legislação em vigor.

##### **Artigo 11.º**

##### **Coordenação técnica**

A coordenação técnica da Estrutura compete a uma técnica superior, nos termos da legislação em vigor, cujo nome, formação académica e conteúdo funcional se encontra afixado no referido documento e local mencionado no artigo anterior.

##### **Artigo 12.º**

##### **Equipa técnica**

1. A equipa técnica da estrutura é constituída por dois técnicos da Câmara Municipal, habilitados para o desempenho das funções infra discriminadas, a designar pelo Presidente da Câmara Municipal.

**2. O pessoal designado nos termos do número anterior exerce funções:**

- a) Coordenação e funções de apoio à vítima, com afetação a tempo inteiro, competindo-lhe especificamente:**
- i.)Assegurar o atendimento do número permanente e ocorrer em situações de emergência, assegurando os acolhimentos, articulando com as entidades parceiras ou outras;**
  - ii.)Rececionar e acompanhar as vítimas de violência doméstica, encaminhando-as para as respostas tidas por adequadas;**
  - iii.)Avaliar e reavaliar o grau de risco e elaborar e atualizar o Plano de Segurança Pessoal das vítimas;**
  - iv.)Coordenar e articular a equipa de entidades parceiras que integram o Serviço para a Promoção da Igualdade de Género e Oportunidades;**
  - v.)Assegurar a realização e dinamização das ações de sensibilização e formação nas áreas da Violência Doméstica e de Género, Igualdade de Género e de Oportunidades, Tráfico de Seres Humanos, Direitos Humanos, Mutilação Genital Feminina e Bullying e Cyberbullying;**
- b) Atendimento de Psicologia, com afetação a 20%, competindo-lhe especificamente:**
- i.)Efetuar atendimento e acompanhamento psicológico das vítimas de violência doméstica;**
  - ii.)Efetuar atendimento e acompanhamento psicológico dos familiares diretos das vítimas.**

**CAPITULO IV**

**Direitos e deveres**

**Artigo 13.º**

**Direitos e deveres das vítimas**

**1. As vítimas têm direito a:**

- a) Atendimento personalizado;**
- b) Apoio psicossocial;**
- c) Encaminhamento para apoio médico, contando com a colaboração das instituições do Serviço Nacional de Saúde;**

- d) Encaminhamento para apoio social e formativo, através do sistema de proteção social, possibilitando-lhe o acesso a benefícios sociais adequados bem como a programas de formação profissional;
- e) Informação sobre legislação em vigor aplicável e com interesse para a sua situação específica;
- f) Privacidade, autonomia e autodeterminação na condução da sua vida pessoal e adequado à sua situação;
- g) Respeito pela sua identidade pessoal e reserva de intimidade privada, bem como pelos seus usos e costumes;
- h) Não ser, em momento algum, alvo de discriminação;
- i) Confidencialidade e sigilo absoluto sobre a sua condição e situação específica;
- j) Garantia das condições de um nível adequado de segurança em todo o processo, através de proteção policial e do plano de segurança;
- k) A ser acolhida de imediato em caso de emergência e/ou perigo eminente, sempre que a sua situação o exija e seja essa a sua vontade.

**2. Constituem deveres das vítimas:**

- a) Cumprir as regras constantes do presente regulamento no caso de atendimento e apoio prestado com caráter de continuidade;
- b) Ser assíduo e pontual aos atendimentos;
- c) Informar previamente sobre qualquer atraso ou impossibilidade de comparecer aos atendimentos;
- d) Tratar com cortesia e respeito o pessoal técnico e não técnico;
- e) Reportar a informação que considere pertinente e que coloque em causa a sua segurança ou aumente o grau de risco,

**Artigo 14.º**

**Direitos e deveres do pessoal da Estrutura**

**1. O pessoal da Estrutura tem o direito a:**

- a) Participar e ser informado das decisões que, pela sua natureza, sejam decisivas para a vítima de violência doméstica;

- b) Ter acesso a informação e formação adequada para a boa concretização das suas funções e responsabilidades junto da vítima de violência doméstica;
- c) Ser tratado com cortesia e respeito pelo seu trabalho e atuação.

**2. Constituem deveres do pessoal da Estrutura para com as vítimas:**

- a) Cumprir e fazer cumprir o presente regulamento;
- b) Assegurar à vítima, no âmbito das suas competências, um atendimento personalizado e ou encaminhamento adequado às suas necessidades e avaliação de risco;
- c) Dar cumprimento às normas e indicações que lhe forem sendo dirigidas pelas entidades policiais e ou órgãos judiciais;
- d) Dar cumprimento às normas e orientações que lhe forem emanadas pelos serviços da segurança social e do organismo da Administração Pública responsável pela área da cidadania e da igualdade de género;
- e) Assegurar a segurança da vítima, no decurso do processo de atendimento, acolhimento, acompanhamento e ou reencaminhamento;
- f) Assegurar o sigilo e confidencialidade dos dados e identidade da vítima, durante e após o processo de acompanhamento.

**Artigo 15.º**

**Cessação da intervenção**

A intervenção da Estrutura cessa numa das seguintes situações:

- a) Verificação das condições necessárias e efetivas para o acolhimento da vítima em Casa de Abrigo ou outra Estrutura ou resposta que se revele adequada;
- b) Incumprimento grave e reiterado das regras estabelecidas no presente regulamento.

**Artigo 16.º**

**Livro de reclamações**

Nos termos da legislação em vigor, a Estrutura possui livro de reclamações, que pode ser solicitado junto dos serviços da Ação Social da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso.



## **CAPITULO V**

### **Disposições finais**

#### **Artigo 17.º**

##### **Alterações ao regulamento**

- 1. Nos termos do regulamento e da legislação em vigor, o(s)/a(s) responsáveis da Estrutura devem informar as vítimas ou seus representantes legais sobre quaisquer alterações ao presente regulamento.**
- 2. As alterações referidas no número anterior devem ser comunicadas às entidades competentes: serviços competentes da segurança social e ao organismo da Administração Pública responsável pela área da cidadania e da igualdade de género.**

#### **Artigo 18.º**

##### **Integração de lacunas**

**Em caso de eventuais lacunas, as mesmas são supridas pela entidade promotora da Estrutura, de acordo com a legislação em vigor sobre a matéria.**

#### **Artigo 19.º**

##### **Entrada em vigor**

**O presente regulamento entra em vigor na data seguinte à sua publicação.**